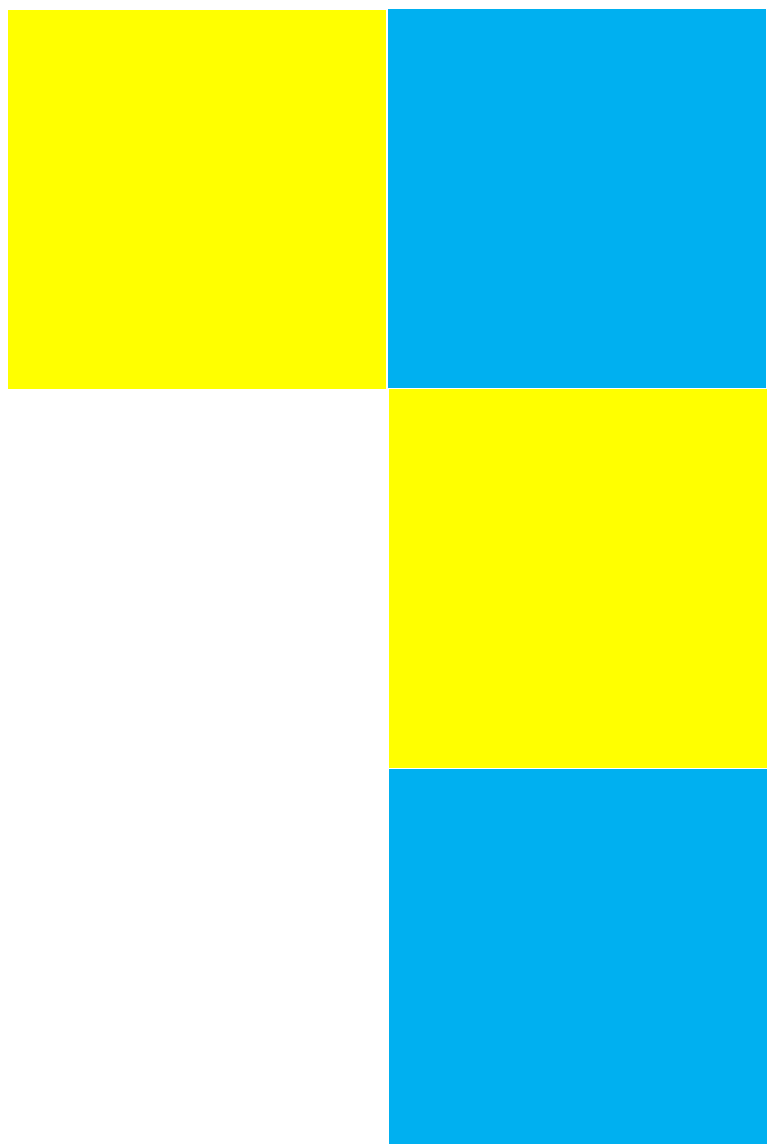


Renda básica na mídia: uma síntese analítica da cobertura midiática brasileira entre 2017 e 2020

Jimmy Medeiros

*Coordenador do bacharelado em Ciências Sociais da FGV CPDOC,
Professor do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens
Culturais da FGV CPDOC e pesquisador em estágio pós-doutoral no
Programa de Pós-graduação em Economia na UFF (PPGE UFF).*

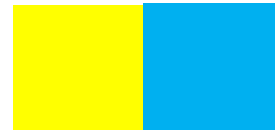


Resumo: O debate sobre Renda Básica foi retomado mundialmente com mais intensidade na segunda metade dos anos 2010. Nos países ricos isso se deu por conta dos possíveis impactos causado pela 4ª revolução industrial e a perda de postos de trabalho. No Brasil, esse debate ressurgiu em período semelhante e cresceu frente aos efeitos da crise provocada pela pandemia da COVID-19 e da necessidade de garantir um fluxo de renda em meio ao isolamento social. Parlamentares, acadêmicos e muitos outros personagens atuaram para criar políticas sociais voltadas para ampliar o direito à renda mínima no campo da assistência social e mitigar os efeitos momentâneos da ausência de renda. A Renda Básica de Cidadania, modalidade de transferência de renda sancionada em Lei Federal em janeiro de 2004, ganhou projeção novamente entre membros do Congresso Nacional e da mídia nacional como modalidade a ser implementada no Brasil. Todavia, o Auxílio Emergencial, modalidade focalizada venceu a disputa e vigorou até meados de 2021. O presente estudo busca compreender o debate público sobre o tema no âmbito dos jornais digitais, identificando como ele se deu, quais são os agentes participantes nas reportagens, os locais mencionados, assim como os veículos digitais que reportaram sobre o assunto, além de analisar a abordagem atribuída ao tema pelos veículos, por exemplo. A pesquisa tomou como parâmetro os grandes veículos de imprensa na *web*, sendo descartados portais de pequena expressão comunicativa. Para isso, foram mapeadas 124 reportagens publicadas entre 2017 e 2020, portanto antes e durante a pandemia, e organizadas em um banco de dados para permitir uma análise descritiva.

Palavras-chave: Renda Básica; Assistência Social; Mídia digital; Combate à pobreza.

Abstract: The debate on Basic Income was resumed worldwide with more intensity in the second half of the 2010s. In rich countries this was due to the possible impacts caused by the 4th industrial revolution and the loss of jobs. In Brazil, this debate resurfaced in a similar period and grew in the face of the effects of the crisis caused by the COVID-19 pandemic and the need to guarantee a flow of income amid social isolation. The Renda Básica de Cidadania, an income transfer modality sanctioned by Federal Law in January 2004, gained prominence again among members of the National Congress and the national media as a modality to be implemented in Brazil. However, Auxílio Emergencial, a focused modality, won the dispute and ran until mid-2021. The present study seeks to understand the public debate on the subject within the scope of digital newspapers, identifying how it happened, which are the participating agents in the reports, the mentioned places, as well as the digital vehicles that reported on the subject, in addition to analyzing the approach attributed to the theme by the vehicles, for example. The research took as a parameter the major press vehicles on the web, discarding portals with little communicative expression. For this, 124 reports published between 2017 and 2020 were mapped, therefore before and during the pandemic, and organized in a database to allow a descriptive analysis.

Keywords: Basic Income; Social Assistance; Digital media; Poverty.



1. Introdução

O debate sobre Renda Básica (RB), uma política de transferência de renda regular, individual, universal e incondicional, foi intensificado durante a pandemia global da Covid-19, em 2020 (NETTLE, JOHNSON, JOHNSON, SAXE, 2021). Todavia, a ideia de um mecanismo de renda básica como política pública para garantia de condições mínimas de sobrevivência para a população tem sido proposta, debatida e defendida por mais de duzentos anos. Este campo ganhou maior densidade analítica e adesão política no início do século XX. Apesar disso, o debate nunca foi linear em seu volume e intensidade nos países, ao longo dos anos (WIDERQUIST, 2019).

Nas últimas décadas, em defesa da RB, as publicações acadêmicas se valem de argumentos fundamentados em potenciais aspectos econômicos e sociais, além de princípios éticos (STANDING, 2017; VAN PARIJS, VANDERBORGHT, 2006; MARTINELLI, 2017). Na atualidade, a discussão sobre o tema é ampla, ocorrendo no meio acadêmico, nas arenas políticas, em rodas de conversas informais da população e através dos meios de comunicação de massa, responsáveis por amplificar ainda mais o debate sobre o tema. Afinal, o noticiário destes veículos, muitas das vezes, reverbera nas demais arenas sociais. Ademais, os debates ocorrem tanto no ambiente físico, quanto no digital, por meio das redes sociais e dos portais digitais de notícias da web.

Cada esfera delimitada acima possui sua lógica própria de funcionamento, restritas à cada realidade. A interface entre os diferentes campos permite produzir dados interessantes, uma vez que amplia as discussões do cotidiano político e social. Conforme Biroli e Mantovani (2010), a análise dos dados destas discussões permite compreender a lógica do ambiente político, das disputas eleitorais e dos grupos sociais, por exemplo. No presente trabalho, o foco analítico está centrado no debate público sobre a renda básica nos meios de comunicação digital.

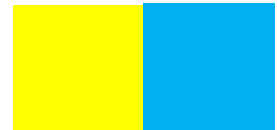
Para isso, assumimos que os meios de comunicação social são aparatos analógicos ou digitais utilizados para transmitir informações ao grande público, através de textos, imagens e sons. Os conteúdos disseminados pelos meios de comunicação têm importância na construção do debate público, seja para a delimitação dos temas

proeminentes, seja pelo destaque dado aos agentes públicos (WOLF, 2005). Importante ressaltar que os meios de comunicação contribuem diversas vezes para definir e hierarquizar os temas relevantes na agenda pública (McCOMBS, SHAW, TRAQUINA, 2000) e nas conversas informais, dado que o noticiário mais relevante e interessante para os seus leitores tende a ser assunto no cotidiano.

Bourdieu (2012) destaca os perigos dos meios de comunicação, dado que sofrem pressões do campo econômico e seguem, muitas das vezes, a lógica comercial. Cabe destacar o seu receio com a possível desvirtuação da finalidade dos meios de comunicação e serem convertidos em mecanismo de opressão simbólica. Adicionalmente, é possível destacar as pressões e os interesses velados que os meios de comunicação sofrem por vezes dos agentes do campo político de todos os espectros ideológicos e partidários, como parte das disputas na arena política. Portanto, monitorar essas mídias para compreender o processo é fundamental, embora esta análise de forma isolada não permita compreender toda a conjuntura. Por conta disso, é necessário complementar este diagnóstico com outras abordagens, como monitoramento de redes sociais, análise dos discursos de políticos e revisão da literatura mais ampla.

Neste sentido, a preocupação deste trabalho é investigar a abordagem recente dos meios de comunicação digital de grande alcance de público em relação à política pública de renda básica no Brasil. Nos últimos anos, há um crescimento do interesse no tema da Renda Básica. Isso pode ser verificado com a quantidade de publicações acadêmicas sobre o tema ou com base no volume de projetos de Lei em discussão na Câmara Federal. Ou mesmo com base na quantidade de buscas do termo “renda básica” realizadas na plataforma Google¹, principal buscador da internet. Se de um lado evidencia o maior interesse sobre o assunto, de outro demonstra grande desconhecimento de uma política pública já sancionada no país.

¹ Uma consulta na ferramenta Google Trends evidencia o interesse difuso do grande público, que tem acesso à internet, a partir de 2020. No Brasil, em particular, antes da pandemia o volume de buscas pelo termo era muito baixo, considerando as métricas do principal buscador da internet.



Outra evidência de crescimento do interesse no tema pode ser mensurada com o volume de notícias veiculadas na grande mídia a respeito da temática. Todavia, outros questionamentos surgem com a investigação da quantidade de notícias, afinal o quê se noticia? Qual veículo noticia sobre o tema? Qual é a abordagem empregada no noticiário? Quem fala nestas reportagens? Considerando estes questionamentos iniciais, o foco do presente trabalho é analisar o noticiário na web a respeito da renda básica no Brasil, considerando o período compreendido entre 2017 e 2020, ou seja, levando em conta um período de 3 anos antes da pandemia e o primeiro ano deste evento histórico. Para conduzir a pesquisa, foi elaborado um banco de dados com notícias publicadas por veículos da grande mídia para permitir uma análise descritiva do mapeamento, além da análise do conteúdo das reportagens.

No intuito de ampliar a investigação a respeito do debate sobre a política pública, o artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Uma primeira seção aborda a literatura sobre a trajetória da RB até a emergência da covid-19, dado que o apoio à RB cresceu vertiginosamente neste contexto pandêmico, em diversos países. A seção seguinte desenvolve uma análise das principais características das reportagens mapeadas para, em seguida, uma nova seção abordar o conteúdo do conjunto textual das reportagens. Por fim, breves apontamentos finais à título de conclusão.

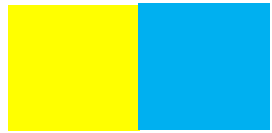
2. Breve percurso histórico da “Renda Básica” no século XX

O debate sobre renda básica teve maior destaque a partir do século XX, conforme delimitação histórica sobre a política – e suas variantes – feita por Widerquist (2019). O autor aponta que o apoio à renda básica experimentou três ondas, sendo que o seu início e fim não ocorriam ao mesmo tempo de forma exata em todos os países, ou seja, a intensidade de apoio e discussão variou entre as nações e no tempo. Assim, uma onda não necessariamente começava e terminava no mesmo ano em todos os países. Importante destacar que o esforço analítico do autor por meio desta simplificação é um ganho para compreender o debate sobre a RB.

Ademais, um primeiro dado interessante, destacado por Widerquist (2019), é que cada nova onda apresentava um tamanho maior que a onda anterior, se considerado o apoio dado para a política. E, no atual contexto, o Brasil e o mundo estão vivenciando o período de maior suporte à renda básica, sendo os dois primeiros anos da pandemia o ápice deste apoio. Talvez, os anos de 2020 e 2021 tenham tido uma adesão à política bem atípica, sendo compreensível pela conjuntura vivenciada.

Para Karl Widerquist, a primeira onda de apoio à renda básica ocorreu entre 1910 e 1940. Neste período surgiram os primeiros defensores da RB no século XX, considerando o desenho reconhecido atualmente, porém eles não lograram êxito em influenciar diretamente a legislação dos seus países em favor da implementação. O debate teve maior destaque nos EUA e na Inglaterra e os conteúdos versaram sobre temas relacionados ao “direito à terra”, “dividendo nacional” e “crédito social”, por exemplo. É neste período que o termo “renda básica” foi cunhado por James Meade e, ao mesmo tempo, Dennis Milner publicou a primeira obra sobre Renda Básica Universal, intitulada “Higher Production by a Bonus on National Output” (WIDERQUIST, 2019). É possível apontar como sendo um período importante para delimitar as bases da concepção de RB mais difundida, atualmente.

Em seguida, por duas décadas, o tema da RB deixou de ter grande importância e interesse no *mainstream* político e econômico, assim como na agenda política dos países, nos anos 1930 e 1940, marcados pela II Grande Guerra. Posteriormente, entre as décadas de 1960 e 1970, ocorreu a segunda onda de apoio à RB com destaque para as ações desempenhadas por grupos atuantes nos EUA e Canadá na promoção da ideia, considerando as variantes da renda básica. Por exemplo, o Senado americano debateu e votou um projeto de Imposto de Renda Negativo (IRN), sendo derrotado por dez votos. Posteriormente, foram desenvolvidos grupos de trabalho para aprofundar o entendimento relacionado tanto à RB, quanto ao IRN. Este debate cessou com a hegemonia do pensamento neoliberal e a mudança da compreensão do papel do Estado nos sistemas de proteção social, sobretudo, com a chegada de Ronald Reagan e Margaret



Thatcher ao poder em que o Estado passaria a atuar marginalmente na proteção social (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Ainda nesta segunda onda, Widerquist (2019) ressalta a importância da ação específica de três grupos na promoção da ideia, como os “ativistas de direitos sociais” que mobilizaram pessoas frustradas com a oferta de políticas que exigiam condicionalidades inadequadas e muitas vezes tidas como degradantes ou humilhantes. E, como solução para este problema, uma política universal, incondicional e individual ganha adesão. Já o segundo grupo é composto por trabalhadores impactados com a inserção do computador nas corporações e atividades laborais e, para estes, a RB seria um mecanismo útil para oferecer maior proteção às intermitências que passaram a ocorrer nos vínculos de trabalho. Por fim, o terceiro grupo seria composto por acadêmicos e economistas libertários e/ou de esquerda que se mobilizavam com a RB para atenuar os efeitos da pobreza, frente às políticas focalizadas via *means-tested*.

Entre 1970 e 1980, a ideia recebeu maior atenção de membros dos governos da Europa, Canadá e Estados Unidos, vindo a ser experimentada, entre 1974 e 1979, em Manitoba, no Canadá. O governo canadense divulgou relatórios favoráveis a viabilidade de criar uma *guaranteed annual income*, todavia, a política não seguiu atendendo a população. Foi durante esta onda que o tema obteve grande relevância nos EUA por conta do interesse do governo em atuar diretamente no combate à pobreza. Importante mencionar, foi neste período que uma cidade do Alasca iniciou sua política municipal de RB e, alguns anos depois, em 1982, o estado norte-americano criou uma política estadual com transferência anual, até então, a mais longa em todo o mundo.

A política do Alasca é uma modalidade de renda básica com efeitos progressivos significativos, funciona e é bem avaliada² (WILDERQUIST; HOWARD, 2012b). Em 2022 distribuiu \$3.284,00 por morador do estado, sendo o maior valor da sua história. Isso representou a injeção de 2.1 bilhões de dólares na economia local. Ademais, para

² Survey mediu a percepção da população sobre a política: <https://omidyar.com/news/new-poll-results-confirm-widespread-support-for-alaskas-permanent-fund-dividend/>

Widerquist e Howard (2012a) a modalidade de renda básica do Alasca é importante para sustentar argumentos e ideias favoráveis à implementação de RB.

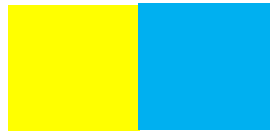
O período compreendido entre os anos 1980 e os anos 2000 representou baixa adesão à política pública no *mainstream* internacional. Apesar deste baixo interesse, é neste contexto que a *Basic Income European Network*, uma rede que reúne indivíduos interessados nas políticas de Renda Básica, foi fundada, em 1986. Em 2006, a Rede muda seu nome para *Basic Income Earth Network* (BIEN), deixando de abranger apenas a Europa e passou a contemplar o mundo e, desde então, diversas reuniões anuais foram realizadas em vários países e continentes, levando a discussão e ampliando a ideia para diversos lugares³.

Widerquist (2019) aponta que a terceira e maior onda de apoio da Renda Básica decolou por volta de 2010, todavia, no Brasil a Lei Federal de 2004 que sancionou a Renda Básica de Cidadania é um marco. Segundo Karl Widerquist, a onda de apoio aumenta a cada ano, despertando interesse e ação do Estado. Neste contexto há um debate para a construção de uma nova institucionalidade dos modelos de proteção social, com base na renda básica. Em uma perspectiva, a renda básica pode ser utilizada de forma complementar aos demais mecanismos e benefícios dos sistemas de seguridade social e, em outro olhar, a RB pode substituir todos os demais, ainda sem consenso sobre qual modelo será utilizado.

Além de ser recomendada, ela tem sido experimentada. É possível encontrar experiências ainda pequenas em várias localidades, como na Finlândia, em Utrecht (Holanda), em Barcelona (Espanha), em Stockton (Califórnia/EUA) e no Quênia, por exemplo, além do caso do Alasca nos EUA.

Em 2016, a Suíça debateu a criação de uma política desta modalidade em seu território com transferência mensal de 2.500 euros aos adultos e 650 euros para os menores de 18 anos. Em contrapartida, a proposta previa o fim de alguns serviços públicos gratuitos. Após discussão pública, o governo colocou o tema para decisão dos

³ A página da BIEN informa os locais dos encontros anuais da instituição, sendo o do ano 2010 realizado no Brasil: <https://basicincome.org/>



seus eleitores e o referendo resultou em 77% dos participantes recusaram a implementação desta política pública. Importante mencionar, integrantes do governo suíço fizeram campanha contra a criação da política, apontando o custo global da política no orçamento nacional como um problema e, por outro lado, os defensores argumentavam em promover mais a dignidade humana.

No ano seguinte, a Finlândia decidiu criar um experimento nacional rotulado de renda básica. Para isso, o país selecionou dois mil cidadãos que recebiam seguro-desemprego, como grupo teste, e os demais cidadãos que também recebiam seguro-desemprego seriam utilizados como grupo controle. O grupo teste recebia todo mês uma quantia para uso de forma livre. Uma primeira avaliação indicou resultados positivos no aspecto da saúde mental dos beneficiários, ao passo que a taxa de empregabilidade foi similar entre os dois grupos (KANGAS et al, 2019). O governo finlandês decidiu por não dar sequência ao experimento ou criar a política e esta iniciativa não teve êxito no país, todavia, chamou atenção do mundo para o tema e diversos veículos de imprensa noticiaram o evento.

É possível complementar a periodicidade delimitada por Widerquist com o período de emergência da pandemia do covid-19, visto que ocorreu um impulsionamento ainda maior de apoio à RB. Cerca de dois anos depois da eclosão da pandemia, tudo indica um arrefecimento do suporte a ideia, se comparado como o início da pandemia. Embora o volume de discussão sobre o tema não seja o mais elevado da história, ela não deve ser menor que o verificado ao ano anterior à pandemia. Por exemplo, Nettle, Johnson, Johnson, Saxe (2021) apontam o crescimento de reportagens sobre o tema, assim como novas publicações ocorridas em 2020, relacionando RB e Covid-19, além de analisarem 3 *surveys* realizados nos EUA e no Reino Unido para dimensionar o apoio da população com a política pública. De maneira complementar, Johnson e Roberto (2020) refletem sobre a adequação da implementar uma política de RB para o contexto da pandemia de Covid-19. Os autores acreditam que este mecanismo pode ser benéfico para transformar o mundo após a pandemia.

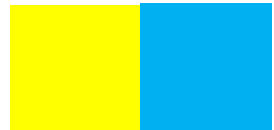
3. A Renda Básica em perspectiva nos principais veículos digitais de imprensa de 2017 a 2020

No mundo, a renda básica passou a ser assunto de interesse em ambientes políticos e acadêmicos com maior destaque nos anos 2010, em meio à terceira onda internacional de apoio à esta política pública (WIDERQUIST, 2019). Este período configura o de maior intensidade de apoio à renda básica, apresentando crescimento a cada ano, seja por conta dos efeitos da quarta revolução industrial, motivador presente principalmente nos países centrais do capitalismo, seja por conta da condição de pobreza e vulnerabilidade de grande parcela da população, fator característico nas argumentações feitas em países periféricos.

Em meio à pandemia de Covid-19, Nettle, Johnson, Johnson, Saxe (2021), com base em resultados mensurados com *surveys* nacionais no Reino Unido e nos Estados Unidos, identificaram um apoio mais intenso da opinião pública em benefício da criação da política de renda básica nos países. Prahbakar (2020) identificou a crescente demanda por políticas de renda básica para mitigar os efeitos da pandemia, dado que permitiria garantir um fluxo contínuo de renda para a população seria importante para enfrentar os choques econômicos da pandemia. Não menos importante, o autor aponta a oferta de serviços, sobretudo, na área de saúde como essenciais, juntamente com a transferência de renda emergencial.

No Brasil, o tema tem importância há décadas, mas nos últimos anos recebeu maior centralidade na agenda política nacional. Embora seja Lei Federal desde 2004, ganhou maior atenção no noticiário nacional, em 2016, com o referendo realizado na Suíça, além do experimento realizado na Finlândia, entre 2017 e 2018, lançando luz ao tema para todo o mundo.

Cabe mencionar ainda, em 2018, a proposta da renda básica estava presente em quatro programas de governo de candidaturas presidenciais – Jair Bolsonaro (PSL), Fernando Haddad (PT), Guilherme Boulos (PSOL) e Marina Silva (Rede) –, sendo a maior quantidade em um pleito eleitoral no Brasil, além de estar nos planos das candidaturas de maior expressão de votos. Isso, decerto, demonstrou que o assunto seguia



no topo da agenda pública brasileira, assim como ocorria em diversos lugares do mundo. Ele tem sido debatido por políticos, jornalistas, acadêmicos e, não menos importante, pelos cidadãos. Em 2022, novamente, o tema esteve presente em planos de governo de presidenciáveis, como em Lula (PT) e Ciro Gomes (PDT).

Para analisar uma das facetas deste debate público no país, foram sistematizadas reportagens publicadas nos principais portais, periódicos e veículos de mídias digitais, entre 2017 e 2020, portanto grande parte do período é anterior à pandemia do Covid-19. Mas também cobriu um período importante para o assunto em meio à pandemia. A sistematização dos dados desconsiderou as publicações sobre o tema realizadas em blogs pessoais, por conta da baixa relevância jornalística, e em páginas de forte cunho político, dado o viés atribuído à discussão sobre a política identificado de antemão. Esta opção se deu, pois um dos nossos objetivos era verificar o tom atribuído às reportagens pela “grande mídia” na web.

A busca pelas reportagens, inicialmente, ocorreu através do portal Google Notícias⁴ por meio do uso da palavra-chave “renda básica”. O conteúdo retornado com a consulta foi sistematizado em um banco de dados⁵ composto por 124 reportagens, ficando uma por linha. Além disso, cada reportagem teve suas informações alocadas em 19 variáveis, ou melhor em 19 colunas. O software R Studio⁶ foi utilizado para desenvolver a análise descritiva dos dados.

De início, o gráfico a seguir apresenta a distribuição das reportagens mapeadas por ano, sendo 2017 o ano de menor quantidade de publicações (com 19 casos) e em 2020 ocorreu a frequência mais elevada de notícias mapeadas, com 51 casos. Conforme

⁴ O Google Notícias é conforme definição do próprio site “um agregador de notícias e aplicativo desenvolvido pela Google. Ele apresenta um fluxo contínuo e personalizável de artigos organizados a partir de milhares de editores e revistas”. Em nosso caso, funcionou como um facilitador para o mapeamento de reportagens e notícias.

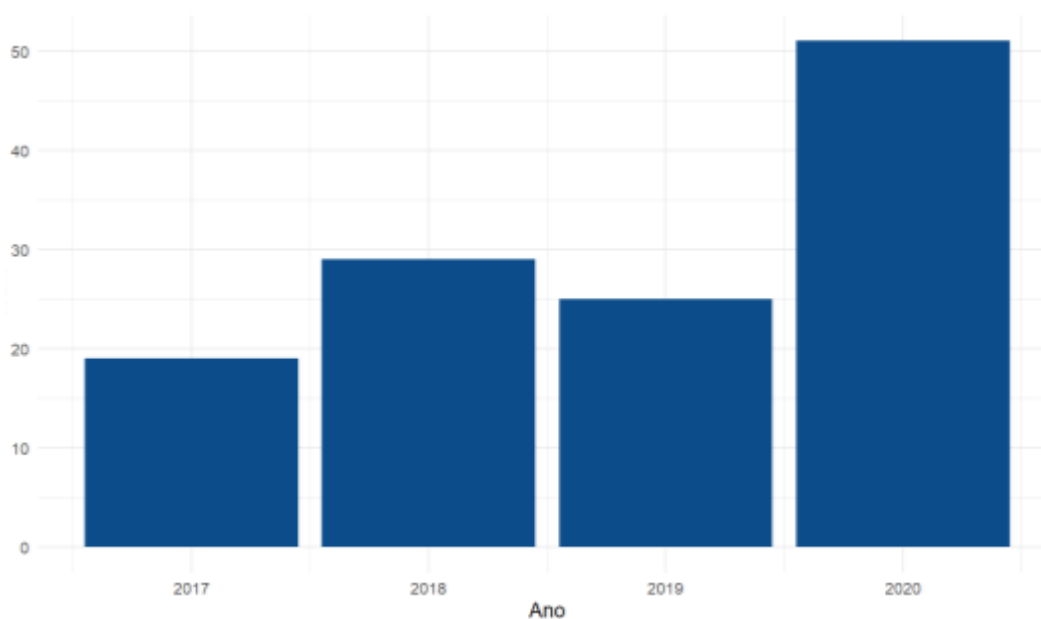
⁵ Agradeço ao Victor Pereira Lopes, PIVIC Jr no projeto Auxílio Emergencial e *Renda Básica* na mídia digital, pela contribuição na montagem do banco de dados de reportagens, desenvolvido no âmbito do Programa de Iniciação Científica da FGV CPDOC.

⁶ O Rstudio oferece uma interface amigável para o uso do R, um software gratuito que serve para a criação de gráficos e cálculos estatísticos que pode ser utilizado como uma ferramenta de apoio computacional aos pesquisadores, estudantes e profissionais em suas atividades de pesquisa e análises.

mencionado, 2017 marca a retomada mais intensa sobre o tema no noticiário brasileiro por conta da experiência finlandesa. Todavia o debate ganha maior intensidade em 2020 com as disputas políticas em torno da construção do Auxílio Emergencial, quando parte dos parlamentares vinculados aos partidos de esquerda pleiteavam a criação de uma política de Renda Básica no Brasil.

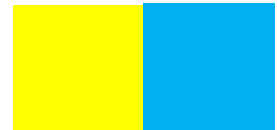
A partir da classificação das reportagens pelo seu tempo de publicação, o período pré-pandêmico destacou-se por ter um volume maior de reportagens, reunindo 73 casos e cerca de 59% do total, ao passo que após o início da pandemia estão reunidas 51 reportagens publicadas em 2020, dado que todas são datadas de março em diante. Este agrupamento tem 41% dos casos mapeados, mas todos concentrados em um período menor.

Gráfico 1 – Reportagens publicadas por ano (n)



Fonte: Elaborado pelo autor

Para aprofundar a análise do corpus textual do noticiário selecionado, foi feita uma leitura de cada reportagem. Em resumo, no ano de 2017 há destaque para o



experimento finlandês⁷, assim como para o apoio público explicitado por personalidades internacionais à política de renda básica, como demonstrado por Mark Zukemberg e Elon Musk⁸, Bill Gates⁹, além de Barak Obama¹⁰. Ao mesmo tempo, é possível encontrar reportagens com o Eduardo Suplicy¹¹, já vereador pela capital paulista e permanecendo no *advocacy* à institucionalização da RB na cidade de São Paulo, em particular, e no Brasil, em geral.

Em 2018, o noticiário abordou a decisão do governo finlandês de encerrar o experimento de renda básica em curso, logo ao final do segundo ano, assim como a opção da prefeitura de Stockton na Califórnia, governada por um político do partido Democrata, que desenvolver iniciativas inovadoras e decidiu criar uma política de RB, que transferiu US\$ 500 por mês às famílias beneficiárias. Além disso, foi abordado o caso de uma vila suíça que decidiu criar um outro experimento, todavia a abordagem era negativa, dado que questionava a falta de recursos para a sua execução. Não menos importante, há destaque para o projeto de RB em debate na cidade de São Paulo. Uma reportagem trouxe dados de uma sondagem de opinião pública em que o projeto contava com apoio da maioria da população residente na capital em prol da criação da RB na capital paulista. Apesar deste apoio populacional, ela até o momento não avançou para efetiva criação por parte da prefeitura.

E por fim, coube destaque aos programas de governo dos presidencialistas no Brasil, participantes do pleito nacional. As reportagens citavam, por exemplo, o programa proposto pelo Partido dos Trabalhadores e pelo então candidato Jair Bolsonaro que estava propondo “projeto idêntico ao do petista Suplicy”, no entanto, durante seu governo

⁷ Por exemplo, as reportagens a seguir: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,finlandia-testa-renda-basica-e-distribui-dinheiro-para-desempregados,10000098116> e <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38489876> e https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/31/opinion/1483187073_097272.html

⁸ Mais detalhes em: <https://epocanegocios.globo.com/Revista/noticia/2017/07/bilionarios-do-setor-de-tecnologia-embarcam-no-movimento-da-renda-basica-universal.html>

⁹ Ver mais em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/05/tecnologia/1491390957_573772.html

¹⁰ Mais detalhes em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/02/por-cao-de-robos-ideia-de-renda-basica-universal-ganha-mais-adeptos.shtml>

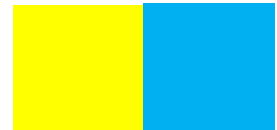
¹¹ Mais informações em: <https://oglobo.globo.com/brasil/suplicy-confunde-nome-de-moro-presenteia-juiz-com-livro-sobre-renda-minima-20943571>

recusou a implementação desta proposta. Além disso, as duas propostas têm concepções diferentes, afinal, o plano do PT era por uma política universal com transferências *à priori* e a proposta bolsonarista era baseada no imposto de renda negativo, com transferências *à posteriori* e focalizada. Desta forma, a reportagem estava equivocada, pois a proposta de Bolsonaro não assemelhava ao projeto de Suplicy ou à Lei Federal 10.835¹² de 2004.

Em 2019 o destaque se deu para o fim da experiência na Finlândia e os resultados mensurados, como os impactos positivos na área da saúde e, ao mesmo tempo, por ter sido inócua para a geração de empregos. Importante ressaltar, esse experimento gerou visibilidade para o tema da RB e reforçou os apontamento de Widerquist (2019) de que passamos pela “onda” mais intensa em defesa da renda básica. Além disso, as reportagens abordaram ainda as iniciativas em vias de institucionalização que ocorreriam na Itália, no Quênia, na Índia e no Chile. O país sulamericano passava por intensas manifestações populares e a proposta emergiu neste contexto e buscava mitigar as críticas ao governo e encontrar soluções para a grave crise social. Por fim, muitas reportagens trouxeram o debate do impacto da 4ª revolução industrial e a substituição de pessoas por robôs em diversos postos de trabalho para justificar a criação e uma política de RB. Este argumento é bastante comum em publicações em países desenvolvidos, conforme Standing (2013), Lowrey (2018) e Yang (2018). Por outro lado, no Brasil o foco continua sendo o combate à pobreza e extrema pobreza, promovendo maior autonomia e liberdade (SUPLICY, 2007)

Já o conjunto de notícias mapeadas no ano 2020 evidencia o forte impacto da pandemia neste debate e a defesa da política de transferência de renda como mecanismo para mitigar os efeitos econômicos. O noticiário sobre a criação do Auxílio Emergencial, proposta enviada pelo poder executivo ao Congresso Nacional, em detrimento de uma política de RB dominou o espaço dos veículos de imprensa na internet. Além disso, a possível criação do ‘Renda Brasil’ – proposta lançada pelo governo federal para substituir o Programa Bolsa Família – emergiu em meados de 2020, mas sem sucesso em sua criação,

¹² Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.835.htm



todavia ocupou espaço considerável nos portais da internet. Cabe destaque também para a criação e atuação da Frente Parlamentar em defesa da Renda Básica nas reportagens, sobretudo, pela amplitude partidária¹³, que facilitou o trânsito em diferentes meios de comunicação.

No âmbito municipal, a nova investida pela criação da política de RB na cidade de São Paulo teve destaque na mídia. Desta vez, a proposta foi aprovada em dois turnos na Câmara Municipal. Além deste caso, a política municipal em curso em Maricá, município localizado no litoral do estado do Rio de Janeiro e grande recebedor de royalties de petróleo, recebeu atenção do noticiário nacional. Além destes, várias outras cidades brasileiras criaram ou tentaram criar suas próprias iniciativas de transferências de renda focalizadas e emergenciais que se valeram do termo “renda básica”, embora destoasse do receituário de Van Parijs (2014) e Suplicy (2003). Apesar de não seguir à risca as orientações da literatura, as políticas emergenciais focalizadas ofereceram maior bem-estar à população, sobretudo, em uma conjuntura delicada.

Ainda em 2020, a indicação formal da ONU para a criação de uma renda básica emergencial ganhou repercussão no noticiário brasileiro. Além disso, a criação de uma nova experiência internacional, agora na Alemanha, que objetivava dimensionar os benefícios desta modalidade de política de assistência social apareceu no veículos de imprensa do Brasil.

Para adensar a análise deste panorama do noticiário anual, o gráfico 2 aponta que o conjunto de reportagens foi publicado por 33 veículos de grande circulação e acesso no cenário brasileiro, perfazendo uma média de 3,75 notícias por meios de comunicação. É pouco, dado que a média é inferior a 1 reportagem por ano por veículo mapeado.

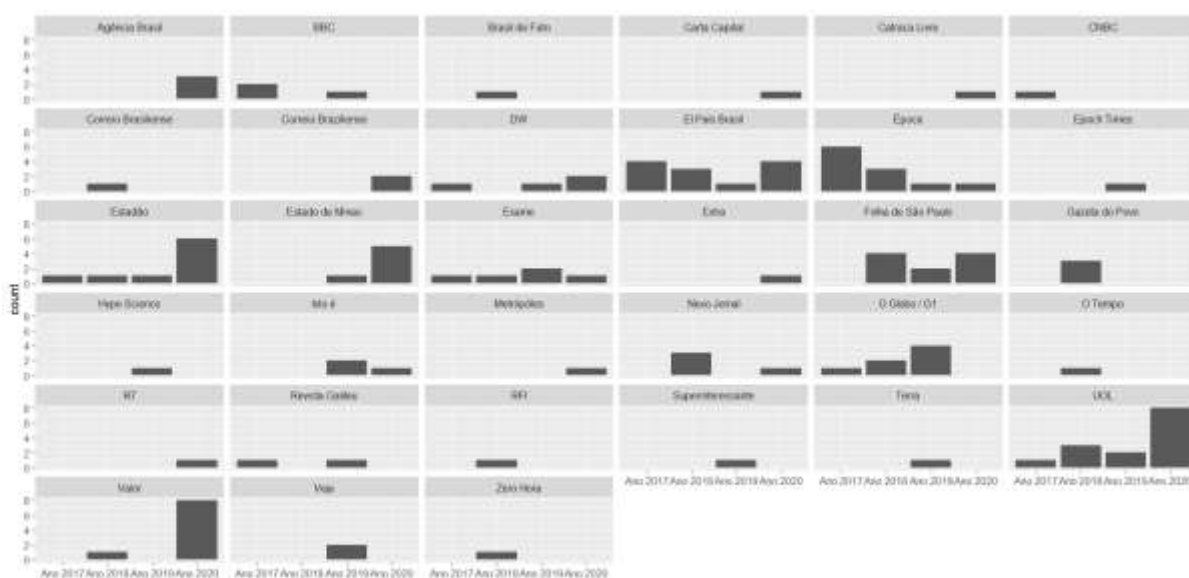
Em detalhe, os veículos que mais noticiaram a respeito da Renda Básica, entre 2017 e 2020, conforme o mapeamento foram UOL (14 reportagens), El País Brasil (12 reportagens), Época (11 reportagens), Folha de São Paulo (10 reportagens), Estadão (9

¹³ A Frente Parlamentar em defesa da Renda Básica é composta por 214 parlamentares de 23 partidos, somente o Partido Novo ficou de fora, dado que nenhum dos seus integrantes decidiu integrar o agrupamento.

reportagens), Valor Econômico / Valor Investe (9 reportagens), O Globo / G1 (7 reportagens), Estado de Minas (6 reportagens), Exame (5 reportagens) DW (4 reportagens) e Nexo Jornal (4 reportagens). Os demais veículos identificado têm 3 ou menos ocorrências na base de dados (Gráfico 2).

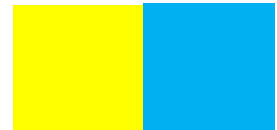
É possível identificar que El País Brasil, Época, Estadão, Exame e UOL noticiaram sobre renda básica nos 4 anos do recorte da pesquisa. Para além disso, o gráfico 2 permite identificar alguns padrões entre os veículos, por exemplo, somente, o El País Brasil e o Exame – em menor medida – mantém regularidade de publicações nos quatro anos da pesquisa, sem ter um ano com maior destaque frente aos outros. A Folha de São Paulo não noticiou sobre renda básica em 2017, o primeiro ano do recorte da pesquisa, quando a discussão estava circunscrita à iniciativas internacionais. Nos demais anos o tema passou a ser recorrente no veículo de mídia.

Gráfico 2 – Reportagens publicadas por ano, segundo os veículos de mídia (n)



Fonte: Elaborado pelo autor

De um lado, veículos como Época e G1 / Globo deram menos destaque ao tema no ano de 2020, justamente quando o assunto ganhou relevância pública no cenário nacional. Os veículos trataram da política Auxílio Emergencial, mas não a RB em suas



reportagens. Isto, de certa forma, demonstra uma baixa importância atribuída ao tema, dado que a política Renda Básica era mencionada por parlamentares de diversos partidos e em proporções muito superiores aos anos anteriores. Cabe mencionar, o termo foi empenhado mais vezes por parlamentares filiado a partidos políticos identificados mais à esquerda no espectro ideológico. Por outro lado, UOL, Estado de Minas, Estadão e Valor dão maior destaque ao tema em 2020, quando ele tinha maior relevância e interesse dos políticos e da sociedade, em geral.

De interessante, o mapeamento permitiu identificar uma tendência crescente a respeito do tema. A cada ano a renda básica ocupava mais espaço no noticiário dos principais veículos de imprensa na internet. Todavia, o Auxílio Emergencial ocupou um espaço bem maior, dado que foi o nome atribuído à política de transferência de renda focalizada criada em meio à pandemia. Importante acompanhar o mapeamento nos próximos anos, com o fim do Programa Bolsa Família e do Auxílio Emergencial e o contexto eleitoral de 2022 que aponta para novas mudanças neste cenário.

4. Descortinando o noticiário sobre Renda Básica

O mapeamento das reportagens proporcionou organizar um corpus textual sobre a temática. A análise desse conteúdo pode ser aprofundada por meio de algumas estratégias, como ler o conteúdo por completo de todas as reportagens. Este, talvez, seja o percurso comumente adotado nas ciências humanas e brevemente abordada na seção anterior ao elaborar uma síntese do conteúdo para cada ano. Além desta trajetória, é possível aplicar técnicas já consolidadas nas humanidades digitais, como a mineração de textos, para acessar o conteúdo de maneira mais ágil e obter insights e conclusões a respeito do tema. Neste caso, a mineração de textos – ou *text mining*, termo empregado no idioma inglês – é tido como um “processo de descoberta de conhecimento, que utiliza técnicas de análise e extração de dados a partir de textos, frases ou apenas palavras. Envolve a aplicação de algoritmos computacionais que processam textos e identificam informações úteis e implícitas” (MORAIS, AMBROSIO, 2007) que dificilmente seriam identificadas por meio dos métodos tradicionais. Conforme os autores, um dos principais

benefícios desta técnica é conseguir desenvolver análises em grandes volumes de textos, sem a necessidade de ler todo o material. Porém é fundamental saber e conhecer bem o seu conteúdo para que a compreensão e análise do resultado seja mais assertiva.

Uma primeira informação selecionada aborda os conteúdos dos títulos e subtítulos das reportagens. Essa parte do conteúdo sistematizado é aquele que desperta o interesse do leitor e os termos empregados são úteis para atrair o interesse do público dos portais de notícias da internet para clicar no link e ler a reportagem.

Assim, esta primeira análise nos ajuda a conhecer o que se utiliza para este propósito, sendo a nuvem de palavras apresentada no gráfico 3 representando graficamente a frequência dos vocábulos. Importante ressaltar, a expressão “renda básica” foi excluída desta visualização para que possibilitasse destacar os demais termos capturados. Assim, “universal” aparece como a palavra mais frequente, sendo uma informação qualificadora e marcante da RB na literatura. É essa, talvez, a principal característica que difere a política de RB das demais políticas de transferência de renda, afinal o famoso Programa Bolsa Família (PBF) e o sólido Benefício de Prestação Continuada (BPC) são focalizados, por exemplo (MEDEIROS, 2020).

Outros termos relevantes aparecem no gráfico 3, como “empregos” e “robôs”, um marco da 4ª revolução industrial e uma preocupação sobre o fim dos empregos. Cabe ressaltar a presença de “pandemia”, um forte motivador para o debate sobre a renda básica, assim como as expressões “pobreza” e “emergencial”, dada a situação econômica que se configurou em 2020, principalmente.

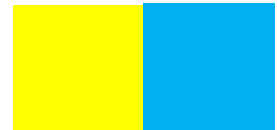
Gráfico 3 – Nuvem de palavras dos títulos e subtítulos das reportagens

como “robôs”, termo utilizado por Yan (2018) e por bilionários residentes em países ricos para justificar a criação desta política antes da pandemia.

Uma informação capturada no conteúdo das reportagens é o local (cidade, estado, país ou região) que elas mencionavam. No gráfico 3 é possível encontrar destaque para “Finlândia” e “holandês” palavras que remetem a duas localidades com experimentos de renda básica. Para além do conteúdo dos títulos e subtítulos, a análise seguiu para o conteúdo delas com base em outros procedimentos metodológicos. Nesta abordagem mais tradicional, foi feita a leitura das 124 reportagens mapeadas para permitir conhecer com maior densidade o noticiário digital a respeito da Renda Básica, entre 2017 e 2020. Deste ponto em diante, por meio da categorização das informações em um conjunto de variáveis previamente definidas com base em outras pesquisas (BALLOUTE, 2022; HOLLANDA e MEDEIROS, 2020) e na literatura sobre renda básica é possível produzir dados mais assertivos para o campo.

Assim, de todas as reportagens mapeadas, apenas 18 não indicaram alguma localidade em sua análise. Em detalhe, nas demais reportagens, em 30 casos foi possível verificar mais de uma localidade sendo mencionada. Afinal, as reportagens mencionavam iniciativas internacionais e a possibilidade de criar uma política deste tipo no Brasil. Ademais, considerando todas as localidades mencionadas, Brasil aparece 78 vezes, ou seja, concentra cerca de 37% das ocorrências mencionadas, sendo seguido por Finlândia (14%), EUA (13%), Canadá (5%), Holanda (4%), Itália (3%), Quênia (3%), Espanha (3%), Índia (3%) e Suíça (3%).

As menções ao Brasil não ficam restritas ao país, como um todo. Nas 78 menções estão 7 referências à São Paulo, 5 à cidade de Maricá (RJ) e 2 ao Rio Grande do Norte. Todas as demais ocorrências alcançam apenas uma citação: Belo Horizonte (MG), Campinas (SP), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Guariba (RS), Manaus (AM), Mogi das Cruzes (SP), Porto Alegre (RS), Ribeirão Preto (SP) e Rio de Janeiro (RJ), além do Distrito Federal e Piauí. Assim, o noticiário sobre o território brasileiro aborda a política pública em diversas localidades e, quando o assunto não é o país como um todo, cita mais São Paulo, cidade com foco cotidiano dos veículos de imprensa, e Maricá,



município que desenvolve o experimento mais interessante de RB no mundo e, por conta disso, despertou interesse internacional.

A Finlândia tem maior destaque por conta do experimento realizado no país, entre 2019 e 2020. Cabe mencionar, este experimento foi fundamental. As menções aos EUA, além de citar o país como um todo, abordam o Alasca, a política de renda básica universal mais longeva no mundo, e citam o experimento realizado em Stockton na Califórnia¹⁴, que criou uma política deste tipo, mas já foi encerrada (FERREIRA; KATZ; 2020). Há menção à Oakland e Vale do Silício, regiões ricas e que sediam empresas e milionário do setor da tecnologia.

Adicionalmente, as reportagens mencionavam também alguns personagens relevantes para o debate político e acadêmico sobre a renda básica. São 289 menções de personagens com a presença de políticos brasileiros e internacionais, como Barak Obama, além de economistas, cientistas sociais, juristas e ministros do STF. Dentre os mais recorrentes, cabe destacar o então presidente Jair Bolsonaro (11 ocorrências) e Paulo Guedes (9 ocorrências), responsáveis políticos para a conjuntura de criação ou não de uma política de renda básica, além de Lula (8 ocorrências) e Eduardo Suplicy (9 ocorrências), responsáveis diretos para a criação da Lei Federal de 2004. Há menções também de Dilma Rousseff (4 ocorrências), Eduardo Tuma (3 ocorrências), Fernando Haddad (3 ocorrências), Fernando Henrique Cardoso (2 ocorrências), Washington Quaquá (2 ocorrências) e Fabiano Horta (2 ocorrências), sendo os dois últimos prefeitos do município de Maricá/RJ, responsáveis diretos pela criação de uma política de renda básica com grande evidência mundial. Outro grupo de personagens com frequência são empresários do Vale do Silício, como Stewart Butterfield (3 ocorrências), Sam Altman (4 ocorrências), Mark_Zuckerberg (4 ocorrências) e Chris Hughes (3 ocorrências).

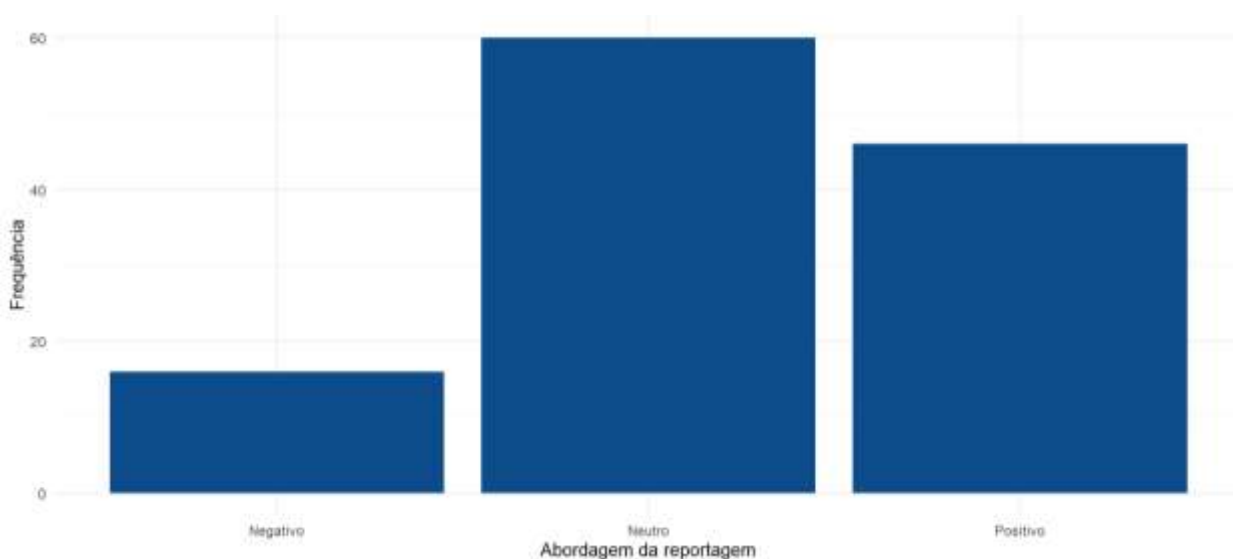
Seguindo com a análise dos dados, uma variável relevante para o debate, por exemplo, é a classificação da abordagem conferida pela reportagem ao tema da Renda

¹⁴ O experimento realizado em Stockton na Califórnia foi abordado no documentário “Stockton on my mind” que conta a trajetória de Michael Tubbs e as ações em seu governo municipal, enquanto prefeito. O documentário foi lançado em 2020 e veiculado pela HBO MAX.

Básica. Isso se deu com base nas categorias de tom “positivo”, “nem positivo, nem negativo”, ou apontado no gráfico como “neuro” ou “negativo”. Essa simplificação analítica contribui em resumir as informações e facilitar a compreensão do conteúdo noticiado para o grande público.

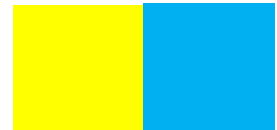
O gráfico 4 reúne o resultado desta classificação, com 48% das reportagens definidas como neutras, a categoria mais frequente na distribuição. Neste rótulo, estão as reportagens que não destacavam juízo de valor, ou apenas relatavam eventos ocorridos e as experiências em curso ou prometidas. Além disso, notícias que apresentaram perspectivas e pontos de vistas opostos sobre a RB, tentando evidenciar aspectos ressaltados na literatura, também foram classificadas como neutras.

Gráfico 4 – Classificação das reportagens, segundo a abordagem do conteúdo (n)



Fonte: Elaborado pelo autor

Ademais, 37% das reportagens foram tidas como positivas, quando a RB era exaltada ou divulgada com otimismo de sucesso ou uma solução prática para problemas sociais, ou falas de acadêmicos e políticos que creem em bons resultados e melhorias no bem-estar da população. Por outro lado, foi verificada que 13% das reportagens abordavam o tema em uma ótica negativa, criticando a política pública por possíveis falhas em sua aplicação, citando imagináveis custos elevados, por exemplo.

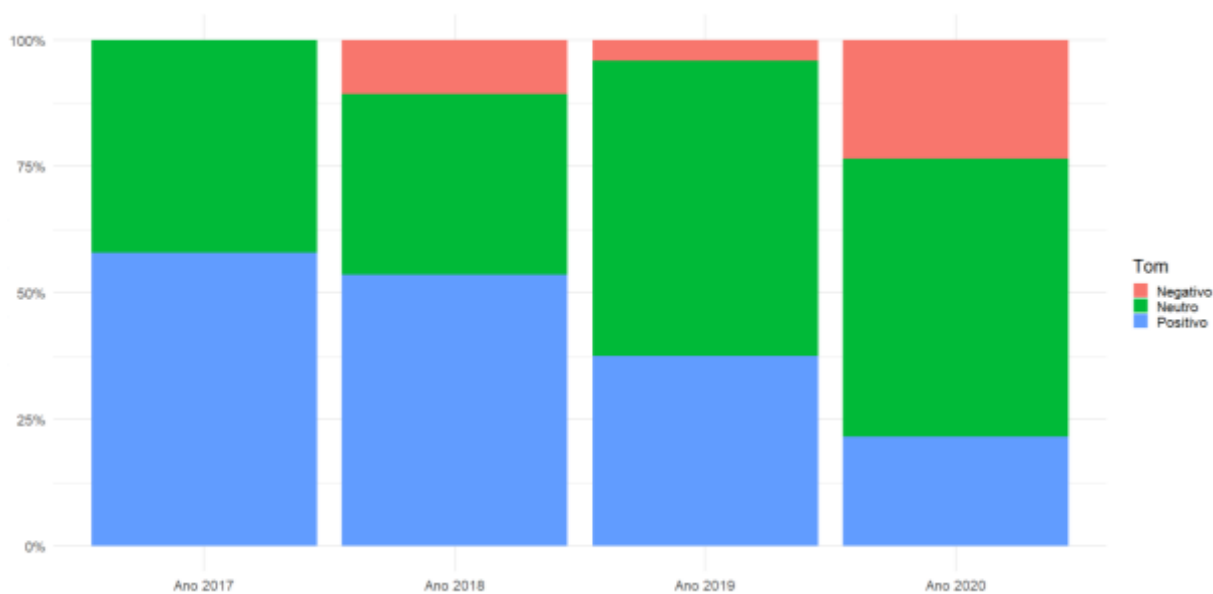


Para além desta visão mais ampla, o detalhamento anual permite identificar que a abordagem do noticiário na internet sobre RB muda ao longo dos anos. Em 2017, embora com poucas reportagens ainda, o foco era no experimento da Finlândia e em como a RB poderia mitigar possíveis impactos na quantidade de postos de trabalho com a intensificação da robotização e da automação no mercado de trabalho. Assim, não verificamos nenhuma reportagem tida como “negativa”. Esse tipo de abordagem emerge em 2018 e tem maior destaque no ano de 2020. Cabe mencionar, em nenhum ano o conjunto de notícias com esta abordagem foi representativa, dado a baixa proporção em cada ano (Gráfico 5).

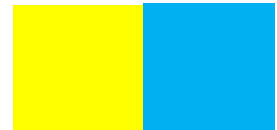
Por outro lado, a abordagem “positiva” perde espaço – considerando dados percentuais – entre 2017 e 2020, ganhando evidência um noticiário mais “neutro”. Conforme o gráfico 5, em 2017 mais de 50% das reportagens eram positivas e essa proporção cai sucessivamente nos anos seguintes. Ganha mais destaque o noticiário tido como neutro.

Gráfico 5 – Classificação das reportagens, segundo a abordagem do conteúdo por ano

(n)



Fonte: Elaborado pelo autor



5. Considerações finais

A proteção social brasileira, ao menos na esfera da assistência social, passa por mudanças intensas nos últimos anos. Cabe destacar a criação do Auxílio Emergencial, em 2020, e o encerramento do Programa Bolsa Família, em 2021, sendo substituído pelo Auxílio Brasil¹⁵. Ao mesmo tempo, o *advocacy* pela implementação da política de Renda Básica de Cidadania ganhou maior densidade.

Embora a Lei 10.835 de 2004 tenha instituído a RBC como um direito de todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário, a partir de 2005, ela nunca foi implementada. Em 26 de abril de 2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu julgar o Mandado de Injunção 7.300 e obrigou o governo federal a pagar uma RB, a partir de 2022, focando inicialmente nos mais pobres, estando parcialmente em conformidade com a Lei 10.835 de 2004. Neste sentido, o entendimento do governo federal foi zerar a fila de espera para o Auxílio Brasil.

O assunto sobre a renda básica não está encerrado e a pesquisa buscou evidenciar o tratamento dado ao tema pela mídia digital no Brasil. De interessante, foi possível destacar um incremento de reportagens sobre o tema, entre 2017 e 2020. Todavia, há uma desigualdade da quantidade de publicações entre os diferentes portais da internet. Eles não veiculam com a mesma intensidade em todos os anos, talvez por conta das distintas abordagens editoriais e interesses jornalísticos.

Além disso, cabe destacar a ausência de um veículo majoritariamente contrário à política de RB. A ausência de um veículo com constante campanha contra é um fator positivo para o fortalecimento do *advocacy* da política pública. No entanto, o último ano analisado teve a maior quantidade e proporção de notícias negativas e aquele era o momento mais importante e necessário para o a criação da política no país.

¹⁵ Fonte: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/auxilio-brasil/paginas/default.aspx>

Ao mesmo tempo, a análise das reportagens demonstrou a amplitude da discussão sobre o tema. A diversidade de locais mencionados no país e no mundo que experimentam o mecanismo de proteção social e as oferecem às suas populações é elevada! As reportagens citaram diversos países e cidades que conduzem ou tiveram políticas de RB. Evidenciar os olhares da mídia sobre a Renda Básica é fundamental para ampliar a cobertura e o benefício oferecido à população para a garantia das condições mínimas de sobrevivência e de cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLOUTE, Samuel. A corrupção nos portais de notícias da internet. **Lugar Comum**. Rio de Janeiro, n. 65, 55-85, 2022.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao programa Bolsa Família e as eleições de 2006. **Revista Opinião Pública**, Campinas. Vol 16, no.1, junho de 2010.

BOURDIEU, Pierre. A OPINIÃO PÚBLICA *in* BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *welfare state*. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, pp. 85-116, 1991.

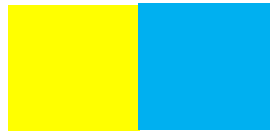
FERREIRA, Leandro; KATZ, Paul. What a Solidarity Economy Looks Like. **Boston Review**, 2020.

GUERRA Josenildo. Neutralidade e imparcialidade no jornalismo: da teoria do conhecimento à teoria ética. **XXII Intercom**, 1999.

HOLLANDA, Bernardo; MEDEIROS, Jimmy. Megaeventos esportivos, opinião pública e mídia: um balanço da cobertura midiática e das pesquisas quantitativas sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016. **Olimpianos - Journal of Olympic Studies**, v. 4, p. 54-75, 2020.

JOHNSON, Andrew; ROBERTO, Katherine. The COVID-19 pandemic: Time for a universal basic income?. **Public Administration and Development**. Volume 40, Issue 4, 232-235, 2020.

KANGAS Olli, JAUHAINEN Signe, SIMANAINEN Miska; YLIKÄNNÖ, Minna. **The Basic Income Experiment 2017–2018 in Finland. Preliminary Results**. Helsinki: Ministry of Social Affairs and Health, 2019.



LOWREY, Annie. **Give people Money: how a universal basic income would end poverty, revolutionize work, and remake the world.** New York, Crown, 2018.

MARTINELLI, Luke. Assessing the Case for a Universal Basic Income in the UK. London: **IPR Policy Brief**, 2017.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald; TRAQUINA, Nelson. "A função do agendamento dos media": O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: **Minerva**, 47-61, 2000.

MEDEIROS, Jimmy. Quem quer dinheiro? Do cartão família carioca para a renda básica carioca. **CRÍTICA E SOCIEDADE: revista de cultura política**, v. 10, p. 126-143, 2020.

MORAIS, Edison; AMBROSIO, Ana Paula. **Mineração de Textos.** Goiânia-GO, UFG, 2007.

NETTLE, Daniel; JOHNSON, Eliot; JOHNSON, Mathew; SAXE, Rebecca. Why has the COVID-19 pandemic increased support for Universal Basic Income?. **Humanities and Social Science Communications**. 8, 79, 2021.

PRAHBAKAR, Rajiv. Universal basic income and Covid-19. **IPPR Progressive Review**, 2020.

STANDING, Guy. **O precariado - A nova classe perigosa.** São Paulo, Editora Autêntica, 2013.

STANDING, Guy. **Basic income: And how we can make it happen.** Penguin: UK, 2017.

SUPLICY, Eduardo. Renda Básica: a Resposta Está Sendo Soprada pelo Vento. **Revista de Economia Política**, 2003.

SUPLICY, Eduardo. O direito de participar da riqueza da nação: do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.6, dez, 2007.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; FERREIRA, Leandro; CARVALHO, Paola. O caminho em direção à renda básica de cidadania universal e incondicional. **Práticas de Administração Pública**, v. 3, n. 3, p. 41-58, 2020.

VAN PARIJS, Philippe. "Por que os surfistas devem ser alimentados: o argumento liberal em defesa de uma renda básica incondicional". **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2014.

VANDERBORGHT, Yannick; VAN PARIJS, Philippe. **Renda básica de cidadania: argumentos éticos e econômicos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

WIDERQUIST, KARL; HOWARD, MICHAEL. Exporting idea *In* WILDERQUIST, KARL; HOWARD, MICHAEL (editors). **Exporting the Alaska model: adapting the permanent fund dividend form around the world.** New York : Palgrave Macmillan, 2012a.

WIDERQUIST, KARL; HOWARD, MICHAEL. **Alaska's Permanent Fund Dividend: Examining its Suitability as a Model.** New York : Palgrave Macmillan, 2012b.

WIDERQUIST, Karl. **Three waves of basic income suport.** Georgetown University, 2019.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** São Paulo, Martins Fontes, 2005.

YANG, Andrew. **The war on the normal people.** New York, Hachette Books, 2018.